

FEDERAÇÃO DOS EMPREGADOS RURAIS ASSALARIADOS DO ESTADO
DE SÃO PAULO

CRISTIANO AUGUSTO GALDINO

IMPACTO DA POLÍTICA DE AUSTERIDADE NA ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL

Bauru

2018

IMPACTO DA POLÍTICA DE AUSTERIDADE NA ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL

Bauru

2018

RESUMO

Este trabalho foi desenvolvido para analisar as consequências na estratificação social após a política de ajuste fiscal iniciada em 2014, quando é nomeado Joaquim Vieira Ferreira Levy¹ para o Ministério da Fazenda no segundo Governo Dilma Rousseff (2014-2016) e a continuidade dessa política de ajuste no Governo de Michel Temer (2016-2017).

O texto traça um breve panorama da política fiscal e demonstra que as políticas de austeridade (políticas de ajuste fiscal), tem como uma das consequências uma ação negativa na estratificação social.

A base metodológica do trabalho é do Professor Waldir Quadros². Dessa forma, o estudo busca a compreensão dos impactos na mobilidade social (variações na estratificação social) e não na distribuição de renda assim, o trabalho demonstra que as políticas de ajuste fiscal tiveram como impacto uma ação negativa de pessoas e famílias passando de níveis “superiores” para níveis “inferiores” entre os estratos sociais, através da deterioração da renda e emprego.

Palavras Chave: Política Fiscal, Joaquim Levy, Estratificação Social, Austeridade, Renda, Ocupação

¹ Engenheiro naval com doutorado em economia pela Universidade de Chicago, Ministro da Fazenda no Governo Dilma, entre 2014 e 2015

² Economista e Professor aposentado do Instituto de economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

LISTA DE TABELAS E GRÁFICO

Tabela 1 – Brasil: Indicadores macroeconômicos selecionados, 2003-2010 -----	9
Gráfico 1 - Taxa de desemprego -----	11
Tabela 2 - Grupos Ocupacionais -----	16
Tabela 3 - Padrões de vida -----	17
Tabela-4 - Estrutura Familiar dos Ocupados (em mil) -----	19
Tabela 5 - Estratificação – Variação da estrutura Familiar -----	20
Tabela 6 - Estratificação – Estrutura dos ocupados -----	20
Tabela 7 -Estratificação por renda familiar total, em (R\$) -----	21
Tabela 8 -Taxa de Desocupado -----	21
Tabela 9 - Massa de rendimentos -----	22
Tabela 10 - Taxa de Desocupado -----	22
Tabela 11 - Trabalho com carteira assinada – 2014 a 217 -----	23

LISTA DE ABREVEATURAS

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio

ACM - Alta Classe Média

MdCM - Média Classe Média

BxCM - Baixa Classe Média

MT - Massa Trabalhadora

MIS - Miseráveis

LISTA DE CONCEITOS

Ocupados - Pessoas com mais de 14 anos de idade que trabalham

Política de Austeridade - Redução de Gastos Públicos

Ajuste Fiscal - Conjunto de políticas que busca o equilíbrio das contas do Governo

Estratificação Social - Classificação de pessoas em grupos com base em condições socioeconômicas comuns

Tripé-Macroeconômico - Câmbio flutuante, Meta fiscal e Metas de Inflação

SUMÁRIO

1.Introdução-----	8
2.Políticas de ajuste fiscal-----	10
2.1 Intensificação da política de ajuste-----	12
3.Continuidade da política de corte de gastos-----	14
4.Considerações sobre a estratificação social brasileira-----	15
4.1 Grupos ocupacionais-----	16
4.2 Estratificação das ocupações-----	17
5.Austeridade fiscal e os impactos na estrutura social brasileira-----	18
6.Considerações finais-----	23
7.Referências bibliográficas-----	25

1. INTRODUÇÃO

Em uma perspectiva keynesiana, a política fiscal, integrada a uma política de desenvolvimento, cumpre papel fundamental frente a instabilidade característica dos ciclos econômicos numa economia monetária da produção. Os gastos públicos podem atuar como “estimulador” da atividade econômica na medida em que criam efeitos positivos sobre os gastos privados via efeito “multiplicador” e agindo anticíclicamente podem atenuar os efeitos dos ciclos econômicos, contribuindo para a manutenção da renda e do emprego. O contrário pode causar ainda mais recessão³.

Nesse sentido, a solução para a equação fiscal em meio a uma recessão é estimular o crescimento, não cortar gastos.

O Brasil adota a estrutura chamada de tripé-macroeconômico desde 1999, o que causa problemas ao sistema econômico, pois como a meta fiscal é rígida, por exemplo, acaba por retirar estímulos à demanda, o que, por sua vez, tem impacto na arrecadação do Governo e contribui de forma acentuada ao baixo crescimento econômico ou a piora da recessão em que o país pode se encontrar.

A mesma rigidez também é aplicada aos gastos públicos nesse modelo, pois qualquer dimensão de corte de gastos, impacta nos investimentos públicos. A incondicionalidade em apoiar o superávit primário (não flexível) nesse modelo, faz com que questões como crescimento, emprego e bem-estar, sejam postos em segundo plano. “Na ditadura do superávit primário, os fins são atropelados pelos meios, e tudo se subordina à necessidade de cumprir a meta, inclusive o crescimento, o emprego e o bem-estar da população.” (STIFTUNG, 2016, austeridade e retrocesso).

Uma das soluções no caso brasileiro, proposta pelo estudo austeridade e retrocesso (2016) e que não foi adotada pelos governos em 1999, 2014 e 2016, é a flexibilização das metas fiscais, ajustando-as ao ciclo econômico, definindo bandas, assim como as metas de inflação. Outra proposta é em relação aos investimentos, que devem ser interpretados como gerador de renda e que proporciona bem-estar futuro, como explica o estudo citado a cima.

³ KEYNES, John Maynard. Teoria do emprego, do juro e da moeda (1936)

Retirar todo investimento público do cálculo do superávit primário (assim como o gasto com juros é excluído desse indicador) pode ser uma alternativa interessante para o regime fiscal brasileiro, pois incentiva o uso do investimento público como vetor de desenvolvimento e abre espaço para atuação anticíclica do gasto público (STIFTUNG, 2016, austeridade e retrocesso)

Em relação a dívida pública, não há uma relação “ideal” entre dívida/PIB, países como Japão e EUA possuem dividas acima de 100% do PIB. “Do ponto de vista da gestão macroeconomia, a possibilidade de financiar gasto público com dívida pública é importante, seja para manter operando os serviços sociais, seja para realizar políticas contra cíclicas e evitar a contração de gastos privados” (STIFTUNG, 2016, austeridade e retrocesso).

No caso específico do Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 - 2002), o fator “dramático” da dívida desse período, foram os juros altos e a indexação dos títulos públicos em dólar, além de não criar um indexador ao reajuste do salário mínimo no plano real (1994), o que ocasionou perdas do salário mínimo real (Teixeira e Pinto, 2012).

Já o Governo de Luís Inácio “lula” da Silva (2003 - 2010), teve como trunfo o fim da dívida externa e o acúmulo de divisas, esta última fez com que o país não sentisse tanto a crise em 2008. Entre 2003 e 2010, houve ganhos em relação ao desenvolvimento econômico. Neste período o salário mínimo real obteve ganhos reais, houve geração de emprego e renda, com taxa média de crescimento do PIB de 4%, como mostrado na tabela 1.

Tabela 1 – Brasil: Indicadores macroeconômicos selecionados, 2003-2010

<i>Crescimento médio do PIB</i>	Taxa de desemprego (novembro de 2010)	Crescimento da renda média (descontada a inflação)	Queda do nível de desemprego nos 8 anos
4%	5,70%	5%	45%

Fonte: Peixoto,2010/ dados do IBGE/ Elaboração própria

Entre 2011 e 2014, a política fiscal do primeiro governo Dilma foi marcada por subsídios e desonerações, enquanto que os investimentos públicos ficaram estagnados, em uma clara aposta no setor privado, que não respondeu às expectativas criadas pelo Governo Federal “O primeiro Governo de Dilma Rousseff (2011-2014) manteve a orientação expansionista da

política fiscal, mas não mais via investimentos públicos, e sim por intermédio das desonerações tributárias e dos subsídios financeiros e creditícios” (Orair e Gobetti, 2017).

O custo fiscal das medidas adotadas foi que as desonerações tributárias atingiram cerca de R\$ 122,0 bilhões e os subsídios R\$ 73,5 bilhões em 2014, contra R\$ 43,9 bilhões de desonerações e R\$ 31,3 bilhões de subsídios em 2010 (dados do IPEA), além de ganhos reais menores do salário mínimo.

Os subsídios ocuparam papel proeminente no expansionismo fiscal, ao lado das desonerações tributárias pelo lado das receitas, e esse novo mix de política fiscal revelou-se ineficaz para impedir que a economia adentrasse uma fase de desaceleração econômica (ORAIR e GOBETTI, 2017).

Após 2014 a política de austeridade foi intimamente intensificada com consequências políticas desastrosas ao Governo.

2. POLÍTICAS DE AJUSTE FISCAL

Após a nomeação de Joaquim Levy ao Ministério da Fazenda, em novembro de 2014, mudanças mais drásticas aferidas na política fiscal podem ser verificadas. Nesse momento houve a implantação da política de austeridade o que, grosso modo, implica cortes de gastos públicos.

O objetivo do trabalho é analisar as consequências da política de austeridade na estratificação social. Não se pretende aqui proceder a uma análise da totalidade da política fiscal (dada sua complexidade), mas sim, verificar alguns pontos importantes dessa política que, a partir do segundo governo Dilma, através do Ministro Joaquim Levy, levaram a piora na estrutura social do Brasil. O ministro Joaquim Levy, com o objetivo de reestabelecer os superávits primários, propôs a política de corte de gastos que reduziu o ritmo de crescimento dos gastos públicos de 12,8% em 2014 para 2,1% em 2015. No entanto, a forte contração fiscal não se mostrou eficaz para retomada do crescimento econômico e levou o País a uma das maiores recessões da história. (Mello e Rossi apud Orair e Siqueira, 2016).

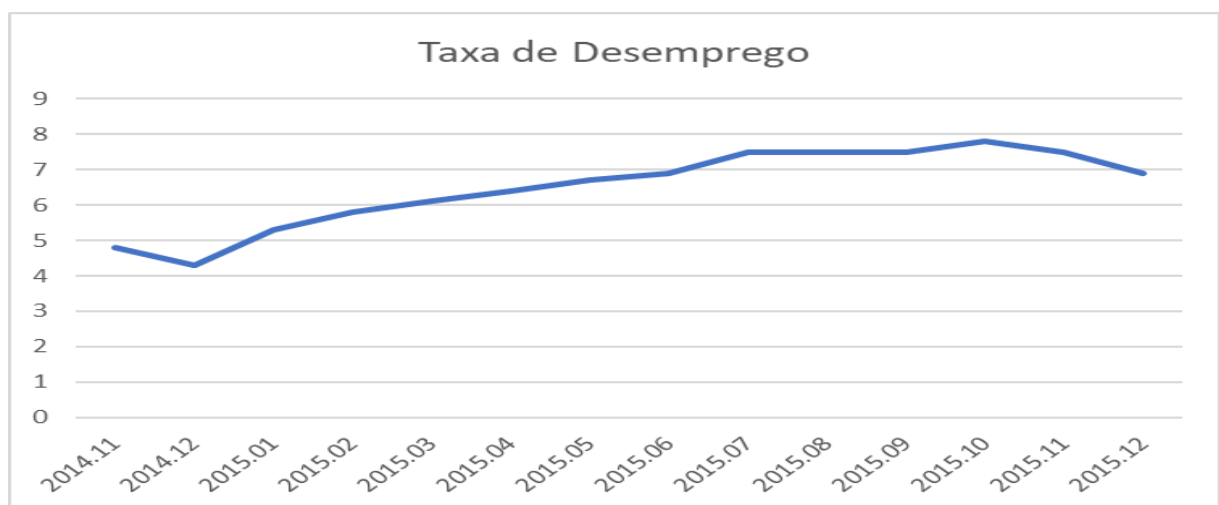
Além disso, o ajuste elaborado pelo Governo, não se restringiu apenas a política fiscal, políticas restritivas foram colocadas em prática também nas políticas monetária, cambial e creditícia, com propostas de reformas restritivas em relação aos benefícios sociais e na redução do gasto com crédito subsidiado. O gasto com juros nominais saltou de 5,09% do PIB em 2014 para 8,36% em 2015, o que é decisivo para entender o crescimento do déficit nominal que saiu de 5,95% para 10,22% entre 2014 e 2015. Ademais, o aumento da inflação no período impacta o gasto com juros nominais, uma vez que mais de 40% dos títulos da dívida pública são atrelados a índices de preços. (Mello e Rossi, 2016).

A execução da política de corte de gastos a partir de 2014, em especial, em relação aos investimentos públicos foi desastrosa, ignorando assim as origens reais dos problemas da desaceleração econômica, que eram o setor externo e o ambiente político, o que acarretou no golpe em 2016.

Além de fracassar em estabilizar as variáveis macroeconômicas, a estratégia da austeridade fez o desemprego explodir, reduzindo renda e ampliando a desigualdade. Ademais, agravou consideravelmente nossos dilemas estruturais, fazendo recuar a construção do mercado de consumo de massas e enfraquecendo a já debilitada indústria brasileira. (MELLO e ROSSI,2016)

O gráfico 1, demonstra a variação na taxa de desemprego entre novembro de 2014 e dezembro de 2015.

Gráfico 1 – Taxa de desemprego (%) - Fonte: IPEA/ Elaboração própria



Como pode ser visto no gráfico 1, a política de corte de gastos influenciou no aumento da taxa de desemprego, principalmente no ano de 2015, período de maior intensificação da política de austeridade, chegando a quase 8% em outubro de 2015.

Após o golpe de 2016, o que se verifica é uma continuidade da política de corte de gastos, deteriorando ainda mais a renda das famílias e o emprego.

Portanto, a política de austeridade, ao contrário do que se esperava, provocou umas das maiores recessões da história no Brasil, com queda nas receitas, deteriorando a situação fiscal no País, de forma que, nesse contexto desastroso, a política fiscal atuou de forma pró-cíclica, assim o impacto sobre o emprego e renda conduziu um rápido movimento regressivo da estrutura social Brasileira.

2.1 INTENSIFICAÇÃO DA POLÍTICA DE AJUSTE

Como foi visto, a partir de 2014, o Governo Federal adota medidas fiscais que não surtem efeitos positivos ao desenvolvimento e crescimento econômico. Os efeitos de uma política de austeridade em países periféricos como o Brasil, cujas deficiências estruturais são de grandes proporções, assumem dimensões ainda mais dramáticas. Essa seção descreve algumas dessas políticas de ajuste fiscal, a partir da nomeação de Joaquim Levy ao Ministério da Fazenda.

A política seguida das “cartilhas” do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional(FMI), de corte de gastos não surtiram os efeitos esperados pelo Governo, pelo contrário, houve novamente restrições ao crescimento econômico e perdas em relação aos estratos sociais e instaurando uma crise que levaria o Governo a derrocada em 2016.

Decisões equivocadas de política fiscal do governo Dilma, influenciadas por ideias ortodoxas dentro do governo, levaram à redução de gastos e, principalmente, de investimentos públicos, retirando um impulso fundamental ao modelo de crescimento econômico impulsionado pela demanda que havia sido implantado ainda no governo Lula. Nessa visão, a crise fiscal é que foi consequência da crise econômica, cuja raiz está na guinada ortodoxa da política fiscal (DWECK e TEIXEIRA,2017).

Já em 2014, com crescimento de 0,5% do PIB, o Ministro da Fazenda adota a estratégia fiscal denominada “contração fiscal expansionista”. As consequências dessa estratégia significaram um dos maiores ajustes fiscais da história, “Foram adotadas medidas restritivas em todas as áreas, principalmente, na área fiscal, quando foi realizado um dos maiores ajustes fiscais da história recente, maior inclusive que os de 1999 e 2003” (Dweck e Teixeira ,2017).

A adoção total da austeridade fiscal se deu, então, em 2015, quando a agenda liberal foi posta em prática de forma mais incisiva, levando a reformas estruturais equivocadas.

A guinada para a austeridade iniciou-se com o ajuste fiscal de 2015 e, no ano seguinte, foi complementada por uma aposta mais incisiva de que a confiança dos investidores e o crescimento econômico retornariam com o avanço de uma agenda de reformas estruturais de cunho liberal (ORAIR e GOBETTI, 2017).

Além disso, durante a maior crise já registrada, desde 1929, cometendo o mesmo “pecado” de outros governos, o Banco Central brasileiro, na tentativa de rever suas decisões em outras áreas, sinalizou que o mercado poderia de forma indiscriminada apostar contra sua posição, levando a consequências como a desvalorização do dólar e prejuízos de 1,5% do PIB com operações de swaps cambiais (venda de moeda no mercado futuro), o que representou prejuízo de R\$89,7 bilhões.

O dólar saiu de cerca de R\$ 2,60 em dezembro de 2014 para R\$ 3,90 em dezembro do ano seguinte, uma desvalorização de 50% que resultou em enormes ganhos ao mercado e enormes perdas ao Banco Central. Assim, o saldo das operações de swaps cambiais gerou prejuízos de R\$ 89,7 bilhões ou 1,5% do PIB que estão contabilizados na conta de juros (STIFTUNG, 2016, austeridade e retrocesso).

Dessa forma, com a concretização da política de austeridade implementada por Joaquim Levy e apoiada pelo Governo Dilma, o que se observou foram reduções significativas nos salários e nos gastos públicos, “Joaquim Levy foi o símbolo da implementação da austeridade econômica no País que consiste em uma política deliberada de ajuste da economia por meio de redução de salários e gastos públicos” (STIFTUNG, 2016, austeridade e retrocesso).

Joaquim Levy, apostando na ortodoxia econômica, vislumbrava crescimento econômico, porém o que ocorreu, foi um grande impacto inflacionário, dada a precariedade do lado da oferta, e forte retração da atividade econômica, impacto consequente da queda de 41,4% nos investimentos Federais, “Em 2015, os investimentos públicos sofreram queda de 41,4% a nível federal, o gasto de custeio caiu 5,3%, e o governo não logrou a melhoria das expectativas dos agentes econômicos que justificaria esse ajuste com vistas a retomar o crescimento” (STIFTUNG, 2016, austeridade e retrocesso).

No tocante ao mercado de trabalho, no comparativo de agosto de 2014 e agosto de 2015 já é possível observar aumento da taxa de desemprego que passa de 5,0% para 7,6% respectivamente, de acordo com os dados do IBGE.

O rendimento médio mensal do trabalho principal, segundo dados do IBGE, no comparativo entre 2014 e 2016, teve redução de (-2,9%), contabilizando todos os setores da atividade: agropecuária, indústria, construção, serviços educação e saúde, administração pública, comércio e outras atividades. Destaca-se, agropecuária com (-8,3%) e comércio com (-5,8%). De acordo com Menezes e Jannuzzi (2018), considerando a massa do rendimento mensal real, de R\$ 255,1 bilhões, os 10% mais ricos do País concentraram em 2016, 43,4% desse total, enquanto que os 10% com rendimentos menores, concentraram apenas 0,8% do montante.

Em 2016, a política de austeridade não foi interrompida, mesmo com mostras claras da perda da atividade econômica, a guinada para a ortodoxia se mantém contínua.

3. CONTINUIDADE DA POLÍTICA DE CORTE DE GASTOS

Mesmo havendo uma continuidade da política de austeridade, o Governo de Michel Temer inicia, após o golpe em 2016, com sinais contraditórios em relação a política fiscal, “a gestão da política fiscal protagonizada pelo governo Temer lançou sinais contraditórios com relação à continuidade das políticas de austeridade. Para o curto prazo definiu-se o “keynesianismo fisiológico” e para o longo prazo, a “austeridade permanente”. (STIFTUNG, 2016, austeridade e retrocesso).

O Governo passa a defender um déficit primário recorde e reformas restritivas que, na prática colocam em xeque os direitos garantidos na Constituição de 1988. Foi assim com a Emenda

Constitucional 95, que limitou o crescimento real dos gastos públicos por 20 anos, vinculando-o apenas à inflação do ano anterior.

Temer, seguiu uma linha de reformas ainda mais radicais do que as implementadas pela União Europeia (EU). Desde 2011 os membros da UE estabeleceram um limite para o crescimento da despesa associado à taxa de crescimento de longo prazo do PIB, diferentemente do caso brasileiro cujo limite para o crescimento dos gastos é a inflação passada, desconsiderando o crescimento do PIB e da população. Além disso, países europeus possuem estruturas consolidadas de prestação de serviços públicos, bem longe da realidade brasileira de enormes carências em serviços e infraestrutura social. Não foi previsto nenhum mecanismo para quando houver crise, ou seja, há uma vulnerabilidade latente em relação às possibilidades de desenvolvimento econômico.

Há que se destacar que o Governo de Michel Temer desenvolveu uma política de austeridade, porém com intensidade menor que o segundo Governo Dilma. Em meio a isso, a arrecadação Federal, de acordo com a Receita Federal, caiu de R\$1,39 trilhões em 2015 para R\$1,35 trilhões em 2016.

Na próxima seção, para se entender como a política de austeridade implementada no período analisado impactou a estratificação social e seus resultados, é demonstrada, de forma sintetizada, a estrutura social Brasileira.

4. CONSIDERAÇÕES SOBRE A ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

A metodologia desenvolvida por Waldir Quadros (2015), referenciada na PNAD do IBGE, demonstra que, o conceito de estratificação social não se limita à distribuição de renda. O que é elaborado pelo autor e avaliado é a mobilidade entre os estratos sociais, como será demonstrado nos resultados desse estudo, o que a torna mais abrangente em relação a identificar as desigualdades sociais. Quadros, de forma comparativa, utiliza o teste “imagem e realidade”, ou seja, os dados condizem com a realidade “Em nosso entendimento, para a estratificação social com dados dos inquéritos domiciliares a verdadeira questão não é utilizar ou não a renda declarada, mas, sim, como usá-la adequadamente, ou seja, de forma a obter uma imagem próxima à realidade” (Quadros,2015). Assim, para que se possa entender de

forma mais concreta sobre o que é a estratificação social e verificar seus resultados, em consequência da política de austeridade.

4.1 Grupos Ocupacionais:

Os indivíduos, a priori, foram agrupados segundo sua ocupação, levando - se em conta a metodologia do IBGE (PNAD).

Tabela 2 - Grupos Ocupacionais

<i>Grupos ocupacionais</i>	<i>Número de pessoas (mil)</i>	<i>Renda média (R\$)</i>
<i>A-1 Empregadores com mais de 10 empregados</i>	504	6.619
<i>A-2 Empregadores com até 10 empregados</i>	3.432	2.797
<i>C "colarinhos brancos" autônomos</i>	4.792	1.469
<i>D "colarinhos brancos" assalariados</i>	24.877	1.372
<i>F Trabalhadores autônomos</i>	9.592	672
<i>G Trabalhadores assalariados</i>	20.400	631
<i>I Trabalhadores domésticos</i>	6.716	368
<i>J-1 Trabalhadores não remunerados urbanos</i>	1.841	145
<i>H-1 Proprietários por conta própria agrícolas</i>	3.636	573
<i>H-2 Trabalhadores assalariados agrícolas</i>	402	363
<i>H-3 Trabalhadores assalariados agrícolas</i>	4.328	380
<i>J-2 Trabalhadores não remunerados agrícolas</i>	7.102	143
<i>Ocupação ignorada</i>	6	622
<i>Total de ocupados</i>	87.629	918

Fonte: Quadros 2008/ Elaboração própria

Como Quadros mostra na tabela, a primeira divisão se dá entre empregadores de mão de obra assalariada, definindo o grupo ocupacional dos empregadores, que se divide em duas partes, com mais de 10 empregados (A1) e com até 10 empregados (A2). seguido dos colarinhos brancos autônomos (C). Quadros, seguindo a abordagem de *Wright Mills* dos “colarinhos brancos”, elaborou mais esse grupo específico e os chamou de (D) os Trabalhadores autônomos de (F), trabalhadores assalariados de (G). No segundo grupo estão alocados os pequenos agricultores familiares (H1), dos trabalhadores autônomos agrícolas (H2), dos

trabalhadores assalariados agrícolas (H3), Trabalhadores domésticos (I) e (J2) trabalhadores não remunerados agrícolas. E por fim, trabalhadores não remunerados urbanos (J1).

Identificado os grupos ocupacionais segundo sua renda média, Quadros define a estratificação social dos ocupados de acordo com a faixa de rendimento. Assim, são definidos os estratos sociais, “padrões de vida”.

4.2 Estratificação das Ocupações:

Para a estratificação das ocupações o autor toma como parâmetro seus rendimentos médios. Quadros toma como referência para as “linhas de corte” o salário mínimo (R\$ 250,00 em 2004), de forma que os indivíduos que declararam rendimentos inferiores a ele foram definidos como “miseráveis”. Dessa forma, ocupados com rendimentos entre R\$ 250 a R\$ 500, estão alocados no estrato da massa trabalhadora, entre R\$ 500 e R\$ 1.250 na baixa classe média, entre R\$ 1.250 e R\$ 2.500 na média classe média e por fim acima de R\$ 2.500 estão no estrato da alta classe média.

Tabela 3 - Padrões de vida

<i>Faixas de rendimento</i>	<i>"Padrões de vida"</i>
<i>Acima de R\$ 2.500</i>	Alta Classe média
<i>R\$1.250 a R\$2.500</i>	Média classe média
<i>R\$500 a R\$1.250</i>	Baixa classe média
<i>R\$250 a R\$500</i>	Massa trabalhadora
<i>Abaixo de R\$250</i>	Miseráveis

Fonte: Quadros 2008/ Elaboração própria

Deve-se destacar, como Quadros explica, que os “ricos” não estão englobados nessa metodologia, dada dificuldade encontrada ao realizar o questionário da PNAD, pois a pesquisa é auto declaratória. Assim, os ricos não aparecem na PNAD.

Todos os indivíduos são elencados na análise pela ocupação e classificados pela sua faixa de rendimento médio, dada a heterogeneidade da estrutura de ocupações. O autor faz ressalvas e alerta em relação às diferenciações dentro de cada grupo ocupacional e usa como exemplo a

categoria de professores assalariados de nível superior. Para esse grupo, que se aglomera na alta classe média com rendimento médio de R\$ 4.290,00, há singularidades, por exemplo, quando analisado individualmente (professores assalariados de nível superior), apresenta diferenças de rendimentos e aglutinação de ocupados, em partes no grupo de alta classe média, baixa classe média e média classe média, com distribuições não muito relevantes em outros estratos. Pode ser citado, como referência nesta diferenciação: professores de universidades “mais tradicionais”, com salários mais elevados e professores de universidades “menos tradicionais”, com salários menores. Por isso alguns professores se encontram na baixa classe média e outros na média classe média e alta classe média.

Portanto, dado o resumo metodológico, Quadros avalia a mobilidade social, sua estratificação social. Em síntese, é uma avaliação das variações que os agentes econômicos sofrem entre um estrato “superior” para um estrato “inferior” e vice e versa, exemplificando: Na variação de um ano para outro, um agente econômico pode passar da alta classe média para a baixa classe média em consequência da redução da atividade econômica, como pode ser verificado na seção seguinte, onde será avaliada as consequências da política de austeridade na estratificação social e em seus componentes individuais.

5. AUSTERIDADE FISCAL E OS IMPACTOS NA ESTRUTURA SOCIAL BRASILEIRA

Os impactos na estratificação social, após a política de corte de gastos são de dimensões desastrosas do ponto de vista da economia do trabalho e social, se comparado principalmente ao período entre 2003 e 2010, a começar pela redução do crescimento do PIB e PIB per-capta em 2015.

Depois de atravessar um ciclo de doze anos com taxas de crescimento do PIB per-capita de 2,7% ao ano, a partir do primeiro trimestre de 2015 a economia brasileira iniciou uma trajetória recessiva e que levou a uma queda acumulada do PIB de 7,2% (ou de 9,1% em termos per capita) (SALAS e LEITE,2017).

De acordo com Quadros (2017), as mudanças no pilar da política fiscal brasileira tiveram impactos negativos na estratificação social da população, ou seja, famílias e pessoas individualmente, retrocederam em seu posicionamento na estrutura social, ao contrário do que foi verificado no período anterior.

Examinando a evolução após 2004, verifica-se em 2012 o desempenho mais favorável até então: a Alta e Média classes médias alcançam suas participações mais expressivas; a Massa trabalhadora (pobres) e os Miseráveis, os níveis mais reduzidos. Em 2013, os primeiros recuos, afastados em 2014 para retornarem com força em 2015. Neste último ano, as participações das duas camadas melhor situadas voltam aos patamares de 2013. Nas duas mais vulneráveis, aos níveis de 2012. Tomando como base de comparação a situação de 2012, podemos ter uma visão mais clara do retrocesso em 2015 examinando o número absoluto de pessoas envolvidas (QUADROS,2017).

A política de ajuste fiscal causou perdas significativas, a tabela 4 demonstra a estrutura familiar dos ocupados no comparativo entre 2014 e 2015, há reduções da alta classe média de 10.161 para 9.425, da média classe média de 16.151 para 15.528, redução da baixa classe média que passa de 45.773 para 43.769. Os estratos mais vulneráveis, por consequência dos estratos “superiores” sofrem aumentos, a massa trabalhadora aumenta de 16.164 para 17.232, já os miseráveis aumentam de 3.254 para 3.431.

Tabela-4 - Estrutura Familiar dos Ocupados (em mil)

<i>Estrutura Familiar dos Ocupados</i>						
<i>Ano</i>	ACM	MdCM	BxCM	MT	MIS	Total
2014	10.161	16.151	45.773	16.164	3.254	91.493
2015	9.425	15.528	43.769	17.232	3.431	89.385

Fonte: Quadros,2015/ Elaboração própria

Dessa forma, em 2015, as três camadas de classe média têm retração, totalizando 5.803 pessoas, que desceram para a massa trabalhadora e para a camada dos miseráveis.

Tabela 5 - Estratificação – Variação da estrutura Familiar

<i>2014 e 2015</i>				
<i>(ACM)</i>	<i>(MdCM)</i>	<i>(BxCM)</i>	<i>(MT)</i>	<i>(MIS)</i>
<i>-1.243</i>	<i>-907</i>	<i>-3.653</i>	<i>3.988</i>	<i>1.815</i>

Fonte:Quadros,2017/ Elaboração própria

Quadros, destaca e intensifica que, apesar do cenário externo desfavorável, o fator que define a retração na estratificação social, foram os ajustes fiscais implementados no segundo Governo Dilma.

Ao lado das condições externas desfavoráveis, este quadro resulta, em primeiro lugar, do drástico ajuste fiscal implantado no segundo governo Dilma, contrariando vergonhosamente suas promessas de campanha de um tratamento mais equilibrado. Em segundo lugar também devem ser considerados os impactos nos investimentos e na atividade econômica que a operação Lava Jato provocou na importante cadeia do petróleo (QUADROS,2017).

Há nesse instante uma deterioração do mercado brasileiro de trabalho, analisando a relação dos ocupados, e comparando 2014 e 2015, verifica-se grandes transformações. Isso pode ser observado na tabela seguinte, onde a (ACM) sofre redução de -736, a (MdCM) cai para -2.004, a (BxCM) sofre redução de -2.004 e verifica-se aumentos na (MT) e (MIS).

Tabela 6 – Estratificação – Estrutura dos ocupados

<i>2014 a 2015</i>				
<i>(ACM)</i>	<i>(MdCM)</i>	<i>(BxCM)</i>	<i>(MT)</i>	<i>(MIS)</i>
<i>-736</i>	<i>-624</i>	<i>-2.004</i>	<i>1.078</i>	<i>177</i>

Fonte:Quadros,2017/ Elaboração própria

A ocupação total retrocede em 2,1 milhões de postos de trabalho em 2015. “Só nas famílias da Baixa Classe Média a perda foi de dois milhões. Na Alta Classe Média de 740 mil e na Média de 620 mil. Apenas nas duas camadas pior situadas o emprego cresce, o que igualmente reflete a crise do mercado de trabalho” (Quadros,2017).

Em relação aos rendimentos, há também piora, dado o retrocesso desse período analisado, em todas as camadas e levando em consideração a renda familiar total, há piora nos rendimentos. A exceção fica entre a massa trabalhadora e miseráveis, dada a expansão dessas duas camadas da população.

Tabela 7 – Estratificação por renda familiar total, em (R\$).

<i>Padrões de Vida</i>	<i>2014</i>	<i>2015</i>	<i>Variação (%)</i>
<i>(ACM)</i>	81.451	74.126	-9
<i>(MdCM)</i>	48.181	46.153	-4,2
<i>(BxCM)</i>	72.144	68.780	-4,7
<i>(MT)</i>	19.498	21.118	8,8
<i>(MIS)</i>	1.304	1.437	10,2
<i>Total</i>	222.488	211.613	-4,9

Fonte: Quadros, 2017/ Elaboração própria

Como consta na tabela 7, a renda familiar total recua (-4,9%). A renda familiar per capita, neste mesmo período recua (-7%), assim como renda familiar média (-7,5%).

No comparativo entre fevereiro de 2014, fevereiro de 2015 e fevereiro de 2016, os rendimentos também sofreram retração, como demonstra as tabelas 8 e 9. O rendimento médio passa de R\$ 2.420,05 em 2014 para R\$ 2.407,53 em 2015, reduzindo-se há R\$ 2.227,50 em 2016. Já a massa de rendimentos, mensurada em Milhões, passa de 58.063 em 2014 para 57.189 em 2015, alcançando os 50.763 em fevereiro de 2016.

Tabela 8 – Rendimento médio real

Rendimento médio real habitual da população ocupada, em R\$⁴		
fev/14	fev/15	fev/16
2.420,05	2.407,53	2.227,50

Fonte: IBGE/ Elaboração própria

⁴ É o rendimento bruto real médio habitualmente recebido no trabalho principal que as pessoas ocupadas com rendimento tinham na semana referência, a preços do mês do meio do trimestre mais recente que está sendo divulgado. O deflator utilizado para isso é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

Tabela 9 – Massa de rendimentos

Massa de rendimento médio real habitual da população ocupada, em milhões⁵		
fev/14	fev/15	fev/16
58.063	57.189	50.763

Fonte: IBGE/ Elaboração própria

Entre 2014 e 2017, o número de desempregados no Brasil aumentou em mais de 6,5 milhões de pessoas, aumento de mais de 95% nesse período, de acordo com os números do IBGE.

A tabela 10, demonstra a evolução entre 2014 e 2017 da taxa de desocupação do IBGE, a evolução no comparativo de dezembro, janeiro e fevereiro de cada ano, demonstra a precarização causada pela política de austeridade. A taxa passa de 6,8% em 2014 para 13,2% em 2017.

Tabela 10 – Taxa de Desocupado

Taxa de Desocupado - Brasil (em %)				
Ano	2014	2015	2016	2017
Dez-Jan-Fev	6,8	7,4	10,2	13,2

Fonte: IBGE/ Elaboração própria

No comparativo entre 2014 e 2017, houve perda de 3,3 milhões de postos de trabalho com carteira assinada, como demonstra a tabela 11.

Tabela 11 – Trabalho com carteira assinada – 2014 a 2017

Redução de trabalho com carteira assinada	
Comparativo	2014 a 2017
Redução	3,3 milhões

Fonte: IBGE/ Elaboração própria

⁵ É a soma dos rendimentos brutos habitualmente recebidos de todas as pessoas ocupadas em todos os trabalhos que tinham na semana de referência, a preços do mês do meio do trimestre mais recente que está sendo divulgado. O deflator utilizado para isso é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

Em 2017, os dados da Pnad Contínua do IBGE (primeiro e último trimestre), mostram que o número de empregos (ocupados), sofreu ligeira alta. Passou de 90,3 milhões de empregados para 92,1 milhões, porém, esta alta se deu devido ao aumento de trabalhos informais (sem carteira assinada). Isso reflete o aumento da terceirização, “pejotização” ou mesmo o que vem sendo chamado de “uberização”, referência ao aplicativo UBER.

Já no trimestre de dezembro de 2017 a fevereiro de 2018, o desemprego atingiu 12,6% da população brasileira (economicamente ativa), afetando o montante de 13,1 milhões de pessoas. De forma geral, isso significa as consequências da política de corte de gastos e da reforma trabalhista imposta pelo Governo Temer.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política de austeridade fiscal, implementada a partir de 2014, partiu de um equivocado diagnóstico relativo ao desequilíbrio das contas públicas frente à queda do superávit primário, esse diagnóstico deu sustentação para uma política fiscal que buscou reestabelecer os superávits primários, partindo da política de corte dos gastos. Essa política, levou o Brasil a uma das maiores recessões da história e a perdas significativas em relação a estratificação social sobretudo em relação ao emprego e renda, como demonstram os dados pesquisados.

O período em que Joaquin Levy teve a frente do Ministério da Fazenda, seguindo a “cartilha” do FMI e Banco Mundial, demonstrou como a ortodoxia econômica pode afetar a estrutura social em países como o Brasil. Partir de um pressuposto de realidades de países desenvolvidos, como foi nesse caso, somente aumenta as deficiências estruturais e sociais em países periféricos como o Brasil.

O subdesenvolvimento é um processo histórico, onde há uma concentração de capital por parte de países desenvolvidos e uma dependência externa por parte de países subdesenvolvidos (Furtado,1974). Dessa forma, a aplicabilidade e a funcionalidade de política de austeridade, apenas concentra renda e tem efeitos desastrosos ao mercado de trabalho, uma vez que economias periféricas possuem características bem distintas de países de centro, dado o processo histórico de desenvolvimento.

O Governo Temer, tendo como experiências passadas esse fracasso da política ortodoxa, manteve e deu continuidade a essas políticas, como exemplificado a (Emenda Constitucional 95) que limita os gastos públicos em 20 anos. Essa medida terá efeitos regressivos, por exemplo, nas áreas de educação e saúde, que historicamente crescem acima da inflação.

Portanto, as perspectivas são de piora em relação aos estratos sociais, com concentração de renda entre os mais ricos, aumento da informalidade do mercado de trabalho e perdas ainda maiores de direitos garantidos na Constituição de 1988, dado a continuidade da ortodoxia econômica.

Sinceramente, o Brasil é um dos países que parece estar voltando no tempo no seu desenvolvimento econômico.

Ha-Joon Chang, El País em janeiro de 2018.

7. Referências Bibliográficas:

- DWECK, Esther; TEIXEIRA, Rodrigo. A Política Fiscal do Governo Dilma e a Crise Econômica. Campinas: Instituto de economia Unicamp, 2017.
- FURTADO, Celso. O mito do desenvolvimento, Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1974.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), uma análise das condições de vida da população brasileira, Brasília, 2017.
- MELLO, Guilherme e ROSSI, Pedro. Do industrialismo a austeridade: A política macro dos Governos Dilma, Campinas: Instituto de economia Unicamp, 2017.
- MEMEZES, Francisco e JANNUZZI, Paulo, O ajuste fiscal que vem sendo realizado contrai o crescimento, restringe a receita, gera desemprego e acelerada ampliação da pobreza. São Paulo: Teoria e Debate, edição 170, 2018.
- ORAIR, Rodrigo e Gobetti, Sergio. Do expansionismo a Austeridade: A Política Fiscal em Período Recente. Brasília: IPEA, 2017.
- PEIXOTO, Fabricio. Era lula chega ao fim com emprego recorde e risco inflacionário, 2010. Disponível em : <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,era-lula-chega-ao-fim-com-emprego-recorde-e-risco-inflacionario,658716> acesso em 04/03/2018.
- QUADROS, Waldir. A Evolução da estrutura social brasileira, notas metodológicas, Campinas: instituto de economia Unicamp, 2008.
- QUADROS, Waldir. PNAD 2015 O retrocesso se explica Campinas: instituto de economia Unicamp, 2015.
- QUADROS, Waldir. PNAD 2014 O retrocesso ficou para 2015. Campinas: instituto de economia Unicamp, 2014.
- STIFTUNG, F. E. et al. Austeridade e Retrocesso – Finanças públicas e política fiscal no Brasil, v.1, São Paulo, 2016.
- SERRANO, Franklin; SUMMA, Ricardo. Demanda Agregada e Desaceleração do Crescimento econômico Brasileiro de 2011 a 2014, Washington DC: Center of economic and Policy research, 2015.

SALAS, Carlos e LEITE, Marcia de Paula. Ocupação e Desigualdade no Brasil. Novos Desafios. Brasília: 18 Congresso Brasileiro de Sociologia, 2017.

TEIXEIRA, R. A.; PINTO, E. C. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. Economia e Sociedade, Campinas. Pag. 909-941, 2012.

KEYNES, John Maynard. Teoria do emprego, do juro e da moeda, São Paulo: Editora nova cultural, 1996.